



CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MIRNA CRISLA OLIVEIRA COSTA

**A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DOS CRAS DE JUAZEIRO DO NORTE NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Juazeiro do Norte
2020

MIRNA CRISLA OLIVEIRA COSTA

**A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DOS CRAS DE JUAZEIRO DO NORTE NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão
Sampaio, como requisito para a obtenção do
grau de bacharelado em Psicologia.

Juazeiro do Norte
2020

MIRNA CRISLA OLIVEIRA COSTA

**A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DOS CRAS DE JUAZEIRO DO NORTE NA
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Psicologia.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA
Orientador(a)

MOEMA ALVES MACEDO
Avaliador(a)

TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM
Avaliador(a)

A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS DOS CRAS DE JUAZEIRO DO NORTE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Mirna Crisla Oliveira Costa¹
Italo Emanuel Pinheiro de Lima²

RESUMO

Nota-se que dentro da abrangência do equipamento do Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, o psicólogo desenvolve papel preponderante no fortalecimento dos vínculos intrafamiliares e grupais. Em se tratando especificadamente da violência doméstica contra a mulher esta categoria de profissionais tem muito a contribuir na facilitação de grupos reflexivos desenvolvidos com homens, no entanto, este é um tema ainda pouco discutido, considerando que a grande parte das intervenções são voltadas para as vítimas. Por esse motivo, a presente pesquisa busca compreender as dificuldades vivenciadas pelo psicólogo na construção de grupos de homens na área de abrangência dos CRAS na cidade de Juazeiro do Norte. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, na qual foi realizada uma entrevista semiestruturada com os psicólogos que atualmente são funcionários dos CRAS da cidade de Juazeiro do Norte. Os dados foram interpretados por meio de uma análise de conteúdo, a partir dessa análise foram criadas categorias que demonstram que a cultura do machismo, a precarização das condições de trabalho e os dilemas éticos vivenciados pelos profissionais, tais como os julgamentos frente ao trabalho com o homem são fatores que dificultam o trabalho com os grupos masculinos.

Palavras-chave: Violência doméstica. Psicologia. Assistência Social.

ABSTRACT

It is noted that within the scope of the equipment of the Reference Center for Social Assistance - CRAS, the psychologist plays a major role in strengthening intrafamily and group bonds. In the specific case of domestic violence against women, this category of professionals has a lot to contribute to the facilitation of reflexive groups developed with men, however, this is a topic that is still little discussed, considering that most interventions are aimed at victims. . For this reason, this research seeks to understand the difficulties

¹Mirna Crisla Oliveira Costa. Email: costamirna123@gmail.com

²Italo Emanuel Pinheiro de Lima. Email: italo@leaosampaio.edu.br

experienced by the psychologist in the construction of groups of men in the area covered by CRAS in the city of Juazeiro do Norte. This is an exploratory field research, with a qualitative approach, in which a semi-structured interview was conducted with psychologists who are currently employees of CRAS in the city of Juazeiro do Norte. The data were interpreted through a content analysis, from this analysis categories were created that demonstrate that the culture of machismo, the precariousness of working conditions and the ethical dilemmas experienced by professionals, such as judgments regarding work with the factors that make working with male groups difficult.

Keywords: Domestic violence. Psychology. Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher efetivada pelo cônjuge é uma realidade que se perpetua por séculos na sociedade brasileira. Segundo Moreira et al. (2011) a perpetuação dessa violência é um fenômeno que se torna frequente na diversidade dos grupos sociais e manifesta as relações de poder existentes entre homens e mulheres, o que está intimamente relacionado com o processo de desigualdade de gênero, mas que não se resume a este fator, uma vez que a expressão dessa violência consiste em um processo multifatorial, evidenciando a transgressão dos direitos humanos com as mulheres.

De acordo com Fonseca e Lucas (2006) a denominação do termo “Violência doméstica contra a mulher” é atribuída pelo fato de normalmente ser realizada dentro da residência familiar, por um agressor que mantém ou já manteve com a vítima um relacionamento íntimo. Podendo se manifestar de múltiplas formas, que variam desde lesões físicas no corpo, até mesmo de formas subjetivas e sutis, por meio de discursos de caráter manipulativos, que ocasionam danos relevantes na vida emocional e psicológica da mulher.

Diante dessa realidade, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2008) enfatiza que os equipamentos da assistência social desenvolvem um papel fundamental na prevenção e promoção da vida. Especificadamente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), uma vez que este equipamento se configura como o primeiro espaço de acolhida aos usuários, proporcionando a abertura para a assistência social básica, atuando em situações de vulnerabilidade social para o fortalecimento de vínculos intrafamiliares e comunitários, promovendo desta forma a prevenção da ruptura desses vínculos.

Ainda conforme o CREPOP (2008) no âmbito do CRAS, o trabalho do psicólogo sempre está baseado na perspectiva de romper com as formas de opressão e exclusão vigentes na sociedade, realizando ações concretas que proporcionem o fortalecimento de vínculos

sócio-afetivos. Por conseguinte, a atuação do psicólogo na facilitação de grupos reflexivos é de suma importância para a fomentação de processos de conscientização que venham a contribuir enquanto uma ferramenta para a prevenção da violência doméstica.

Partindo do exposto, o presente artigo foi desenvolvido a partir do interesse pessoal em compreender quais as dificuldades vivenciadas pelo psicólogo para a implementação de grupos masculinos no CRAS, uma vez que durante o processo de estágio em ênfase em Psicologia e Processos Psicossociais em uma unidade CRAS, na cidade de Juazeiro do Norte foi observada a ausência de grupos de convivência compostos por pessoas do sexo masculino neste equipamento, o que gerou a necessidade de buscar uma maior compreensão sobre este fenômeno.

Partindo dessa inferência, e levando em consideração a minha experiência enquanto estagiária do CRAS durante o período de um ano onde não foi identificado a presença de grupos de homens, aventamos a possibilidade de que as ações de prevenção da violência doméstica estão ocorrendo apenas com as vítimas e não com o agressor.

Buscamos, portanto, por meio desse trabalho compreender as dificuldades que o psicólogo enfrenta no combate a violência contra a mulher a partir da criação de grupos masculinos. Para tanto, lançamos a seguinte pergunta de partida: “Que dificuldades o psicólogo do CRAS pode enfrentar na implementação de grupos de prevenção a violência doméstica com homens na área de abrangência da unidade?”.

Como forma de buscar responder a pergunta de partida apresentada, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender as dificuldades vivenciadas pelo psicólogo na construção de grupos de homens na área de abrangência dos CRAS na cidade de Juazeiro do Norte. Para, além disso, mais especificadamente objetivamos: Descrever quais são as dificuldades encontradas pelo psicólogo diante dessa realidade e Analisar de que forma essas dificuldades interferem no fazer do psicólogo.

Diante desta perspectiva, o desenvolvimento dessa pesquisa torna-se relevante por proporcionar reflexões acerca das práticas profissionais da Psicologia acerca desse tema, uma vez que é por meio da problematização desse fenômeno que podemos refletir sobre os efeitos da violência doméstica na contemporaneidade, as dificuldades encontradas para o seu combate e a relevância da prática psicológica na ressignificação desse processo, o que viabiliza no âmbito acadêmico a produção de novos conhecimentos científicos referentes a esta temática, proporcionando novas possibilidades de estratégias de enfrentamento. Além de possibilitar a nível social uma problematização das práticas cotidianas desenvolvidas por estes profissionais, melhorando a qualidade dos serviços.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER E OS SEUS IMPACTOS BIOPSIKOSSOCIAIS

Ao se falar da violência doméstica contra a mulher na conjuntura societária brasileira a mesma traz um importante mecanismo de combate. Nesse aspecto trazemos à tona segundo Brasil (2010), a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, 2006) da qual esta além de trazer a conceituação de violência expressa as suas múltiplas formas de se expressar no cotidiano, assim dispendo no artigo quinto as seguintes questões:

Art. 5º [...] Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (p. 13).

A violência contra a mulher perpassa pela origem da organização social humana, desenvolvendo-se em sua grande maioria no âmbito privado, sendo efetivada prioritariamente pelo sexo masculino. Por ser realizada no espaço privado a maioria dos casos não são publicados socialmente. Concomitantemente, a violência se configura por um fenômeno que atinge a história de vida de milhares de mulheres, sendo praticada desde a mais tênue infância por parte de familiares, em sua grande maioria homens, e gradativamente vem sendo executada pelo cônjuge (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2012).

Em seu percurso histórico a violência contra a mulher se estrutura pela desigualdade de gênero. O termo gênero se refere a um construto coletivo cultural no qual difere da nomenclatura sexo, uma vez que o conceito de sexo diferencia homens e mulheres a partir dos órgãos genitais. Em contrapartida, o conceito de gênero está para além do fator biológico, uma vez que a formação da masculinidade e feminilidade se dá por uma construção sócio-histórica, na qual a estrutura de gênero impõe os papéis desenvolvidos socialmente por homens e mulheres, determinando também o poder entre os sexos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

De acordo com a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, os tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher estão classificados como violência física que envolve qualquer conduta que transgrida a integridade física e a sua saúde corpórea; a violência psicológica que é compreendida como qualquer conduta, incluindo ameaças que provoquem dano emocional e comprometa a saúde psicológica, por meio do controle de suas ações, comportamentos, e limitação do direito de ir e vir; a violência sexual que é entendida como qualquer ação de coerção ou uso da força para obrigá-la a manter relações sexuais, ou realizar práticas e tomar decisões em relação ao seu corpo que sejam contrárias a sua vontade; a violência patrimonial que inclui qualquer tipo de conduta que envolva o controle ou destruição de objetos e documentos pessoais, e por fim, a violência moral que se configura por qualquer atitude que efetive a calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2010).

De acordo com a edição do Atlas da Violência (2019), o estudo que foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aponta que a taxa de homicídios de mulheres cresceu acima da média nacional em 2017, considerando que a taxa geral de homicídios no país aumentou 4,2% na comparação ao ano de 2017-2016. A taxa referente somente à morte de mulheres cresceu 5,4%, na qual a cada 100 mil habitantes 4,7% dos casos de morte são de mulheres. Em 28,5% dos homicídios as mortes foram efetivadas dentro do lar, fato este que se associa a possíveis casos de feminicídio e violência doméstica. A taxa de homicídios de mulheres fora de suas residências caiu 3,3%, em contrapartida os crimes cometidos dentro do lar aumentaram 17,1%. Entre 2007 e 2017 houve um aumento da taxa de homicídios contra mulheres por arma de fogo dentro das residências em 29,8%.

2.2 A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSOLIDAÇÃO DO CRAS

A consolidação legal das políticas de Assistência Social que configuram os direitos sociais enquanto universalidade e dever do Estado efetua-se de forma tardia, a partir da Constituição Federal de 1988, e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. Por meio da consolidação da Constituição Federal a Assistência Social passou a ser reconhecida pela primeira vez como uma política pública e de caráter não contributiva, para todo e qualquer cidadão brasileiro. Todavia, a construção das políticas públicas foram resultantes de um cenário de lutas e conquistas das classes sociais (COSTA; AGUIAR, 2010).

Os serviços de assistência social no Brasil estiveram durante muito tempo relacionados ao Catolicismo, uma vez que os serviços prestados as populações vulneráveis

eram efetuados como uma troca de favores. Diante desta perceptiva Poster afirma que “o surgimento da Assistência Social no Brasil foi ligado à Igreja Católica. Suas atividades eram basicamente desenvolvidas por mulheres, e sua prática muito confundida como caridade”. (POSTER, 1979, p.34)

Martinz e Mazur (2009) enfatizam que o caráter assistencialista e as práticas de favores estiveram presentes no corpo social, sendo fruto de uma construção sociocultural. Como uma tentativa de romper com essas práticas, no ano de 1993, foi deliberada a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, que legitima a Assistência Social enquanto política pública, buscando assegurar os direitos de cidadania. A partir da legitimação desta lei a assistência social passa a ser inserida no sistema do bem estar social brasileiro.

De acordo com o Art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a Assistência Social é

Direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 8).

Gradativamente emerge-se a necessidade de operacionalização das políticas sociais previstas pela Constituição e pela LOAS, assim sendo, no ano de 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que tinha por objetivo concretizar a assistência social enquanto política de proteção social inserida no campo da Seguridade Social. Desta forma, com a PNAS veio a deliberação e formulação do SUAS- Sistema Único de Assistência Social, que foi implementado no ano de 2005 (SANTOS, 2008).

No que concerne ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o MDS aponta que “este é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2013, p. 51). Deste modo, a gestão do SUAS ocorre de forma compartilhada entre os três níveis de governo, Federal, estadual e municipal.

Diante das necessidades que foram surgindo referentes à erradicação da pobreza, o SUAS implantou os Centros de Referência de Assistência Social- (CRAS), que podem ser compreendidos como equipamentos de proteção social básica que atuam de forma continuada para prevenir nas camadas populares a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, efetivando ações que visam fortalecer os vínculos comunitários e intrafamiliares,

proporcionando a expansão do acesso da população aos direitos a cidadania (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2009).

Partindo desse pressuposto, perante o cenário das vulnerabilidades sociais que afetam às famílias, surge a necessidade da oferta de serviços que atuem na função de proteção dessas famílias, e da garantia ao direito à convivência familiar. É necessário pontuar, que neste contexto, vulnerabilidade social não está atrelada a pobreza, mas sim, as condições nas quais o sujeito se coloca em vulnerabilidade a partir do seu contexto. É nesse momento que é ofertado dentro do CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família- PAIF (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2012).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF se configura pelo desenvolvimento de ações de cunho social contínuas com as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de reforçar a proteção á essas famílias, prevenir a fragmentação dos vínculos familiares, fortalecer o acesso aos direitos e promover qualidade de vida. Para se atingir tal objetivo, o PAIF prevê o desenvolvimento de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo dentro do CRAS que proporcionem o desenvolvimento de potencialidades e autonomia das famílias.

Dentro do CRAS o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV é ofertado de forma conjunta ao Serviço de Proteção Integral à Família-PAIF, e assim como o PAIF, o SCFV faz parte da Proteção Social Básica, atuando de forma preventiva e proativa com o intuito de defender os direitos das famílias de manterem a convivência familiar e diminuição das vulnerabilidades sociais, a partir de ações grupais que promovam a aquisição de habilidades e potencialidades dos assistidos, estimulando dessa forma a autonomia, e a construção do sentimento de pertencimento das famílias e comunidades (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS DE HOMENS NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com Zorzella (2014) em se tratando da violência contra a mulher, quando as ações são limitadas a trabalhar apenas com a vítima, temos uma diminuição na eficácia dos resultados, pois estamos trabalhando apenas com uma das partes envolvidas. Partindo desse contexto, a criação de espaços de reflexão para homens autores de violência contra a mulher, ou possíveis agressores em potencial, passou a ser mais discutida e a ter mais aceitação, pois

vem sendo construída a compreensão de que as intervenções voltadas para o público masculino diminuem a repetição dos quadros de violência não somente em seus relacionamentos atuais, mas também em futuras relações conjugais.

A autora continua enfatizando que é preciso ultrapassar a percepção fragmentada que se tem sobre o processo de violência contra a mulher, no qual o olhar é voltado apenas para a vítima, desconsiderando que o homem é um ser mutável, que vive em constante processo de transformação. Desta forma, para que haja uma mudança nesse quadro cíclico de violência é necessário ampliar o olhar também para o agressor, com o propósito de que este se torne parte da solução do problema (ZORZELLA, 2014).

Cortez et. al (2005) corrobora essa ideia ao afirmar que é de extrema relevância trabalhar também com os agressores. Consequentemente, umas das formas de se prevenir a violência doméstica contra a mulher é por meio do desenvolvimento de grupos, considerando que em comparação ao aconselhamento psicológico, os grupos proporcionam uma maior eficiência, pois por meio de uma interação e compartilhamento de vivências com pessoas que experienciam as mesmas problemáticas, os membros do grupo podem minimizar o sentimento de vergonha, culpa e isolamento, que é um passo de extrema relevância para o processo de conscientização coletiva.

Como foi mencionado anteriormente, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é ofertado no espaço do CRAS, de forma complementar ao trabalho do PAIF. Simultaneamente os serviços fornecidos a população assistida pelo SCFV ocorrem em processos grupais. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, e tem o objetivo de compartilhar vivências e fortalecer os vínculos intrafamiliares, a fim de prevenir a fragilização e rompimento desses vínculos. As ações que são desenvolvidas nos grupos são planejadas pelo técnico de referência e pelos orientadores sociais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

Diante da realidade da violência doméstica, Freitas e Cabrera (2011) enfatizam que é de extrema relevância desenvolver trabalhos grupais que possibilitem aos homens refletir sobre os seus atos, uma vez que é por meio das problematizações que são efetivados no espaço de grupos reflexivos que estes homens têm a oportunidade de ampliar as suas percepções de mundo, realizando uma leitura que proporcione um maior autoconhecimento sobre si, possibilitando aos agressores compreenderem e ressignificarem os fatores que os levaram a cometer atos de violência.

De acordo com Araújo (2009) os grupos reflexivos de homens têm por objetivo:

Responsabilizar os agressores pelos atos cometidos; desnaturalizar a conduta violenta contra a mulher; elevar o nível de consciência das consequências dos atos de violência, tanto para o autor quanto para a vítima; combater as expectativas de poder e de controle dos homens; estimular mudanças atitudinais com relação à violência; promover relações respeitáveis e equitativas (ARAUJO, p. 5).

Segundo Acosta (2004) em síntese o grupo reflexivo se configura como um espaço de conscientização que visa trabalhar a prevenção e interrupção da violência intrafamiliar de gênero por meio da reflexão sobre temas que fazem parte do cotidiano do homem e que não são abordados, como os seus sentimentos e a construção sócio-histórica perpetrada pelo machismo em nossa sociedade. O autor enfatiza que o grupo reflexivo pode ser compreendido também como um espaço para o compartilhamento de dores e angustias entre os homens, que geralmente tem os seus sentimentos silenciados, e esse silêncio é um fator que contribui para a realização da violência. Esses tipos de grupo não tem caráter psicoterápico, porém proporcionam efeitos terapêuticos.

É nítido que na contemporaneidade ainda existem muitas barreiras a serem ultrapassadas para se efetivar a prevenção da violência doméstica contra a mulher, dentre essas barreiras destaca-se a resistência que ainda existe em nossa sociedade para realização de ações com grupos de homens agressores, como enfatiza Freitas e Cabrera (2011):

Existem muitas resistências em relação ao trabalho a ser realizado com os homens em situação de violência doméstica, isto porque, muitas vezes no desejo de sermos justos acabamos por ser também violentos. A violência ocorre quando não possibilitamos a este sujeito pensar no seu ato violento, e assim interromper o ciclo que o levou a responder desta maneira (p.4).

Diante dessa pespequitiva, para romper com o ciclo de violência precisamos enxergar também o agressor, buscando compreender que o homem que comete uma violência também precisa de ajuda, e que os grupos reflexivos de gênero são uma alternativa de enfrentamento da violência doméstica ao proporcionar a responsabilização dos que cometem o ato, mas para, além disso, também proporcionar reflexões que auxiliam na desconstrução da masculinidade violenta (SCOTT, 2018).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOS DE PESQUISA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa.

3.2 PARTICIPANTES

A entrevista em questão foi realizada com 09 profissionais da área da psicologia, que atualmente são funcionários dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), da cidade de Juazeiro do Norte - CE.

3.3 CENÁRIO (LOCAL DA PESQUISA)

A pesquisa foi realizada por vídeo-chamada através do aplicativo “Google Hangouts Meet”. O equipamento do CRAS foi utilizado como lócus da pesquisa por se configurar como a porta de entrada para a assistência social básica, e por ter justamente o objetivo de prevenir a ocorrência, agravamento ou reincidência de situações de vulnerabilidade social, onde nesse caso específico, trataremos da violência doméstica contra a mulher.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de evocar e verificar as percepções dos psicólogos em relação às dificuldades encontradas para implementação de grupos do sexo masculino no CRAS e o impacto desse processo no combate a violência doméstica. Optamos por realizar uma entrevista semiestruturada, pois partimos da compreensão de que ela possibilita a criação de um diálogo adaptativo, onde o roteiro pré-definido pode sofrer alterações a partir do desenvolvimento deste diálogo, além de proporcionar uma afinidade maior com o campo e com os entrevistados por meio da manutenção de um contato visual, e uma maior proximidade com a realidade vivenciada pelos psicólogos frente a essa temática.

Diante da atual Pandemia que estamos vivenciando no Brasil e no mundo, em decorrência do COVID-19, e respeitando as orientações do Ministério da Saúde (2020) que no Plano de Contingência Nacional para infecção Humana pelo novo Coronavírus, orienta o estabelecimento da quarentena e isolamento social da população como uma forma de prevenção ao contágio do COVID-19, decidimos, portanto, realizar a entrevista com os psicólogos por meio de vídeo chamada através do aplicativo “Google Hangouts Meet”, que se

configura como uma ferramenta do Google que possibilita a manutenção de diálogos, o contato visual e a troca de informações de forma virtual, através de vídeo chamada.

3.5 PROCEDIMENTOS

A entrevista em questão foi realizada em duas fases, onde inicialmente partimos de um roteiro mínimo que contou com a presença de duas perguntas pré-determinadas: “Quais as principais dificuldades são enfrentadas cotidianamente no CRAS para a criação de grupos masculinos com o objetivo de trabalhar temas que possam vir a prevenir a violência doméstica contra a mulher?” e “Como você avalia a facilitação de grupos reflexivos com homens na prevenção da violência doméstica contra a mulher”. Durante o momento de fala dos participantes, o entrevistador foi introduzindo novos questionamentos a partir da fala desses sujeitos, tendo em vista o esclarecimento de possíveis dúvidas.

Visando uma maior fidedignidade da transcrição de suas respostas, a entrevista foi gravada em áudio, através da própria ferramenta do aplicativo “Google Hangouts Meet”, devidamente autorizado pelos participantes da pesquisa por meio da assinatura do termo de autorização para gravação de voz que foi enviado para os participantes por meio do e-mail, e devidamente assinado, escaneado e reenviado para a pesquisadora. Em seguida as respostas dos participantes foram transcritas. Posteriormente foi utilizada uma análise de conteúdo como base interpretativa para a análise dos dados, que foram organizados a partir de categorias temáticas.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram interpretados com base na proposta de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2011), que classifica a análise de conteúdo como sendo a soma de diferentes técnicas que proporcionam a análise de meios de comunicação, como é o caso das entrevistas e questionários, tendo por objetivo sistematizar e organizar os conteúdos obtidos através de pesquisas tanto qualitativas quanto quantitativas em categorias temáticas.

3.7 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O estudo teve como critério de inclusão: psicólogos que atualmente são funcionários dos Centros de Referência de Assistência Social da cidade de Juazeiro do Norte, que assinaram o TCLE e a Autorização De Gravação De Imagem e Voz. Como critério de

exclusão foi estabelecido que os psicólogos que não estivessem ativos no desempenho das funções de psicólogo nos equipamentos dos CRAS da cidade de Juazeiro do Norte, e que não tivessem assinado o TCLE e a Autorização de gravação de imagem e voz não ponderiam participar da pesquisa.

3.8 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da IES sendo devidamente aprovado, dessa forma foi assegurado aos participantes à proteção e preservação dos direitos humanos. A entrevista só foi realizada após a explicação e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e mediante a assinatura do mesmo. Também foi necessário que os participantes assinassem o termo de Autorização para gravação de voz. Foi explicitado de forma clara e objetiva, que os sujeitos possuíam o direito de não responder alguma pergunta e/ou desistir da pesquisa a qualquer momento, caso sentissem algum desconforto. Assim como também foi enfatizado o caráter sigiloso da identidade dos participantes. Durante todo o processo de realização das entrevistas foram respeitados os princípios norteadores do Código de Ética do Psicólogo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da fala dos entrevistados foram criadas três categorias de análise expostas no quadro abaixo e que dizem respeito aos conteúdos mais recorrentes no discurso dos psicólogos referentes às dificuldades vivenciadas no cotidiano para a implementação de grupos masculinos no ambiente do CRAS. É necessário pontuar que foram utilizados nomes fictícios ao longo do texto para referenciar as falas trazidas pelos profissionais, visando à preservação e manutenção do sigilo da identidade dos entrevistados.

Quadro 1 Categorias Temáticas

CATEGORIA 1	Cultura do machismo
CATEGORIA 2	Dilemas éticos vivenciados pelos profissionais no atendimento à população de possíveis agressores
CATEGORIA 3	Precariedade das condições de trabalho

4.1 CULTURA DO MACHISMO

A primeira categoria diz respeito ao critério do Machismo estrutural, que foi exposto pelos entrevistados como sendo um dos pontos que dificultam a realização do desenvolvimento dos grupos com os homens, por ser uma cultura ainda muito presente em nossa sociedade brasileira e de difícil rompimento.

De acordo com Butler (2003) o machismo se configura como uma estrutura de poder existente entre homens e mulheres, na qual os homens exercem o poder sobre os corpos e as subjetividades das mulheres. Esse é um sistema de representações simbólicas que vem sendo construído socialmente e que expressa à opressão e dominação do sexo masculino sobre a corporeidade feminina.

Analisando pela perspectiva ideológica, o machismo se apresenta como um sistema que estabelece socialmente um padrão de identidade a ser seguido por homens e mulheres, ou seja, desde a mais tênua infância os meninos são educados para agir conforme um estereótipo de masculinidade e as meninas devem se comportar mediante um padrão de feminilidade. As garotas devem se comportar com delicadeza, e são normalmente treinadas para desenvolverem funções no âmbito privado, como ser dona do lar e cuidar da família, enquanto que os garotos crescem mediante a cobrança de serem homens viris e provedores do lar (DRUMONT, 1980).

Ao ser questionada sobre quais as principais dificuldades que são enfrentadas cotidianamente no CRAS para a criação de grupos masculinos com o objetivo de trabalhar temas que possam vir a prevenir a violência doméstica contra a mulher, Marcia pontua que:

“o machismo generalizado, o machismo institucional ele coíbe essa ação do homem por achar que é bobagem eles estarem em uma roda de conversa ou participando de um grupo, então esse machismo estrutural faz com que eles por mais vontade que tenham, dentro da sociedade eles se resguardam” (MARCIA).

Nigro e Baracat (2018) pontuam que culturalmente os homens tem acesso a um universo de possibilidades para fora do lar, mas que essas possibilidades estão mediadas pela profissionalização, ou seja, existe uma cobrança social para que eles se responsabilizem pelo sustento de suas famílias. Em contrapartida, o gênero feminino se encontra limitado ao espaço doméstico, tendo a função de cuidar do esposo, e de tudo que diz respeito à criação de seus filhos. Assim sendo, socialmente a mulher ocupa o universo sensível e o homem o universo

profissionalizante. Diante desses estereótipos dificilmente é cogitado ao homem a possibilidade de desenvolver as funções que são designadas ao sexo feminino e vice versa.

Durante a entrevista, Joana aborda que já tentou juntamente com a equipe multiprofissional do CRAS criar o grupo de homens algumas vezes, no entanto, a adesão dos homens ao grupo sempre foi muito baixa. Quando questionada sobre os motivos que influenciam essa baixa adesão ela pontua:

A cultura a qual nós estamos inseridos que sempre quem é o responsável pela condução de tudo que diz respeito à família é a mulher, o homem não é, o homem não vai a uma reunião na escola do filho, o homem ele não vai ao PSF, o homem também não vai ao CRAS buscar o serviço. Alguns desses homens que participavam eles foram acompanhados das esposas, quando as esposas não iam, eles também não iam, alguns iam sozinhos, mas outros as esposas iam à companhia (JOANA).

Rosostolato (2018) enfatiza que o machismo é um lugar abusivo que também violenta o homem, uma vez que este homem está inserido em um sistema patriarcal de privilégios, mas que ao mesmo tempo lhe aprisiona, pois para manter esse sistema de privilégios ele precisa se anular e seguir uma postura de opressor e nunca demonstrar sensibilidade. Diante dessa realidade o homem acaba desenvolvendo o sentimento de medo frente à necessidade de se reconstruir e ocupar um lugar que socialmente nunca lhe pertenceu, o lugar de afeto.

A cultura do machismo acaba desenvolvendo no homem a dificuldade do sentimento de pertencimento ao lugar de diálogo, fato este que dificulta o desenvolvimento dos grupos de homens no espaço do CRAS, como aponta Marta:

Eu sinto que essa é muito uma questão como eu falei inicialmente cultural, vem muito da questão do machismo, do homem não se ver nesse ambiente de discussão, pelo menos eu falo da minha realidade, do homem que a gente trabalha, da família que a gente acompanha, então acaba que esse homem não se identifica nesses espaços de discussões de temáticas, mas eu acredito que esse tem que ser um esforço do equipamento pra mudar essa realidade, então se a estratégia inicial não funcionou tem que tentar várias outras até trazê-los (MARTA).

Diante das representações do machismo, para manter os privilégios de ser homem, o sexo masculino precisa agir conforme uma masculinidade que exige o controle de seus sentimentos, e por esse motivo os homens acabam sendo silenciados, uma vez que não lhes é permitido chorar e falar sobre os seus sentimentos, pois eles estariam demonstrando “fraqueza”. Diante dessa estrutura social eles vão aprendendo ao longo da vida que cabe a mulher o espaço de diálogo (RODRIGUES, 2019).

4.2 DILEMAS ÉTICOS VIVENCIADOS PELOS PROFISSIONAIS NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DE POSSÍVEIS AGRESSORES

Corriqueiramente ouvimos em nosso dia a dia discussões sendo realizadas em relação aos comportamentos que seriam ou não éticos. “Esse seu comportamento foi muito antiético”, “você não deveria agir dessa forma”, “esse seu pensamento é inadmissível”, no entanto, em meio a essas discussões acabamos muitas vezes confundindo o que seria do campo da moral e o que seria do campo da ética. Em meio a essas discussões a autora Guareschi aborda que apesar desses dois termos estarem interligados eles não são sinônimos: “estamos nos referindo à moral como o conjunto dos costumes, tradições que se estabeleceram como aceitáveis e corretas dentro de determinados grupos. E entendemos a ética como uma reflexão crítica dessa moral” (Guareschi,2008, p.8)

Foucault (1998) compreende a moral a partir de três significados diferentes. Os dois primeiros dizem respeito a moral do código e a moral dos comportamentos que se expressam mediante as regras, comportamentos e atitudes que são determinadas pela sociedade através das instituições que ditam o que os sujeitos devem seguir e como eles devem agir. Podemos relacionar esse primeiro significado de moral ao código de ética do psicólogo que é regido por uma entidade reguladora (Conselho Federal de Psicologia) que determina aquilo que o psicólogo pode ou não fazer em sua atuação, logo, a violação dos princípios e diretrizes do código de ética implica em punições.

O terceiro significado se relaciona a constituição de si enquanto sujeito moral, ou seja, Foucault (1998) compreende que as relações são perpassadas pelo caráter cultural, e que por meio de formas informais (que não sejam determinadas pelas instituições), mas que através dos relacionamentos interpessoais, como por exemplo, a relação existente entre os amigos, o sujeito vai se constituindo enquanto um sujeito moral a partir da diferenciação do outro. Ou seja, ele vai estabelecendo para si mesmo um jeito de ser e de estar no mundo.

Muitas vezes pode ocorrer um embate entre a moral do código, que também pode ser compreendida como o prescrito (aquilo que é imposto pelas instituições) e a moral enquanto constituição de si. Para tornar essa discussão um pouco mais clara, trazemos a fala de uma das entrevistadas que ao ser questionada sobre os fatores que dificultam o trabalho com o grupo de homens enquanto possíveis agressores pontua:

Eu já ouvi muitos relatos de psicólogos e assistentes sociais, e eu não julgo, principalmente enquanto psicóloga, que ainda tem muitas barreiras para trabalhar o

público agressor como também o público que possa ser um possível agressor em potencial, enfim barreiras desses profissionais para trabalhar com o homem, eu já ouvi vários relatos de pessoas que ainda não estão desprovidas de todo esse julgamento, não estão abertas ainda totalmente para esse diálogo com essas pessoas, porque algumas falas machucam demais, existem sim, muitos profissionais que tem muita dificuldade, eu já vi psicólogos que eu considero excelentes na área de violência contra a mulher, mas que já me disseram que não conseguem ainda, que sabem que é errado, que precisam trabalhar isso em terapia, mas que ainda não conseguem trabalhar com o homem referente a essa temática (JOANA).

Guimarães (2014) aborda que situações de violência tendem a mobilizar nos profissionais que vão atuar frente a essa demanda sentimentos e emoções, tais como indignação, tristeza e raiva que fogem ao seu controle, uma vez que enquanto ser humano o psicólogo também é atravessado pelo discurso do outro. Dessa forma, esse profissional não está isento de se sentir afetado com as falas de homens que tenham efetivado alguma violência contra a mulher, até mesmo porque esses discursos caminham na direção contrária a tudo aquilo que nos é ensinado socialmente. Trazendo luz à Teoria Crítica, Guareschi (2008) reafirma essa ideia ao enfatizar que é impossível o ser humano ser neutro em suas relações.

Diante dessa premissa, faz-se necessário compreendermos dois conceitos chaves para essa discussão: o conceito de subjetivação e de subjetividade. Vygotsky enquanto teórico multidisciplinar trouxe inúmeras contribuições para o campo social, em se tratando da dimensão social do desenvolvimento humano este autor tem como pressuposto básico a compreensão de que o homem torna-se homem a partir da relação que mantém com o outro social. Esse autor defende que ao longo do nosso desenvolvimento nós vamos sendo moldados pela cultura (TAILLE, et. al, 1992).

Subjetivação é o processo pelo qual ao lançar-se ao mundo, na sua relação com o ambiente o indivíduo vai acumulando experiências que vão definindo o seu modo de agir, pensar e sentir. Essa relação que o indivíduo estabelece com o mundo não é neutra, pelo contrário, ela perpassa por aspectos históricos e culturais que produzem subjetividade. Logo, o processo de constituição do ser (subjetivação) cria subjetividades. A subjetividade é tudo aquilo que nos constitui enquanto ser, os nossos pensamentos, as nossas ações, a forma como damos sentido e interpretamos o mundo e tudo que há nele. Nesse sentido, subjetividade (território existencial) é sinônimo de metamorfose, pois a nossa relação com o mundo não é cristalizada, pelo contrário, vivemos um ciclo constante de construção, desconstrução e reconstrução (SILVA, 2008).

O processo de subjetivação é marcado por ideologias que são produzidas pela classe dominante com o objetivo de manter a dominação da classe oprimida. Martín-Baró (2012) compreende a ideologia como uma “falsa consciência” na qual a classe dominante exibe de forma sutil uma realidade distorcida. Essas ideologias geram processos de alienação, nos quais os sujeitos naturalizam certos comportamentos, pensamentos e atitudes sem que haja uma reflexão crítica sobre aquilo que está sendo reproduzido.

Durante a realização de uma das entrevistas, Raiane traz em seu discurso a ideia de que o homem ainda tem muita dificuldade em se reconhecer enquanto agressor. Ao ser questionada sobre quais são os fatores que ela compreende que influenciam o processo de agressão e o não reconhecimento dos homens enquanto agressores, ela responde: “isso daí já é do homem né, tem mulheres que aceitam isso, porque são agredidas e não denunciam, então já vem do costume do homem, do machismo que eles podem tudo, que podem fazer o que querem, que podem agredir” (RAIANE).

Nesse mesmo sentido, o entrevistado José foi questionado se existia o grupo de homens no CRAS onde ele trabalha ou se alguma vez a equipe já havia tentado criar esses grupos. Respondendo a pergunta ele pontua:

não, nunca tentamos, porque eu vejo essa questão de desmotivação por parte deles, porque eles acham que não tem nenhuma serventia participar desses grupos, eu acho que é uma falta de interesse mesmo por questões pessoais e por questões realmente da falta de vontade de participarem desses grupos. Eu percebo que os homens eles não querem socializar (JOSÉ).

Arruda et. al (2006) aborda que na atualidade ainda paira no imaginário popular a ideia de que o homem em sua natureza é um ser violento. Nesse sentido, o homem estaria predisposto a cometer atos violentos. Porém, essa é uma percepção equivocada que tem a origem de suas raízes no machismo, uma vez que enquanto sistema ideológico o machismo está envolto nos processos de subjetivação, e ao longo de nossas vidas nós vamos naturalizando concepções preconceituosas a respeito do ser homem. O próprio discurso da psicóloga mencionado acima, assim como também o discurso do entrevistado Júnior, nos faz refletir que enquanto um ser sociocultural o psicólogo também pode naturalizar e ter atitudes machistas, e isso ocorre de forma tão sutil que muitas vezes não conseguimos nos perceber nesse lugar de violência.

Em nossa ação concreta com o outro, muitas vezes não paramos para refletir sobre aquilo que reproduzimos, e o que está envolvido nesse processo. É nesse sentido que a Psicologia Social em seu objetivo de estudo busca compreender como os processos de subjetivação produzem subjetividade. Cabe ao psicólogo diante desse processo buscar desenvolver a ética diante de uma dimensão crítica, tendo a reflexão de que essa ética precisa ser um processo constante de um vir a ser. Faz-se necessário a realizar de um exercício constante de reflexão e questionamento sobre os processos de subjetivação, para não correremos o risco de naturalizar em nossas relações condutas que contribuem para a cristalização do sujeito. É nessa perspectiva que a ética se configura como um processo de ação, uma práxis em uma busca interminável de atualização da nossa subjetividade (SILVA, 2008).

4.3 PRECARIEDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

A falta de recursos financeiros e infraestrutura se configura como um dos fatores relacionados a precariedade das condições de trabalho que segundo os entrevistados afeta diretamente a qualidade dos serviços ofertados para a população e dificulta a criação dos grupos de homens no equipamento do CRAS.

Outra dificuldade também que a gente encontrou foram os equipamentos mesmo pra poder formar esse grupo, porque é um grupo já difícil pra gente fazer então tem que ter um atrativo, tem que ter um data show, tem que ter uma coisa que seja o diferencial para poder chamar a atenção deles, a gente não tinha mesa, a gente não tinha cadeira, aí como é que eu vou tentar trazer o público se eu não ofereço o mínimo? (JÉSSICA).

Pesquisas como as de Senra e Guzzo (2012); Yamato e Oliveira (2010) abordam que os profissionais da área da psicologia enfrentam cotidianamente na esfera da proteção social básica o sucateamento dos equipamentos. Esse sucateamento pode ser visualizado através da ausência de recursos na infraestrutura, e se estendem até mesmo a falta de investimentos em materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho desses profissionais. A ausência desses investimentos perpassam o fazer do psicólogo, e limitam a sua possibilidade de ação.

Dando continuidade em sua fala, a entrevistada Jéssica enfatiza:

Aí essas mesas e essas cadeiras a gente conseguiu com a educação, os encontros funcionavam uma vez por semana, aí uma vez em uma das semanas dos encontros

mandaram pedir de volta as cadeiras e as mesas, aí a pessoa fica desesperada, só que nós conseguimos que eles não levassem, aí tem a estrutura do prédio também, que é muito precária, falta ventilação (JÉSSICA).

Seligmann (2011) esclarece que ambientes de trabalho em situações de extrema precariedade acabam expondo os funcionários há situações de vulnerabilidade que geram quadros de adoecimento psicológico, uma vez que o acúmulo cotidiano de vivências extenuantes em longo prazo levam o indivíduo a exaustão. Clot (2010) reafirma essa ideia ao pontuar que a precariedade no ambiente de trabalho pode gerar adoecimento mental à medida que o trabalhador se percebe diante de uma incapacidade de concretizar formas de ação que foram por ele planejadas, ou seja, o sofrimento no ambiente de trabalho estaria relacionado a uma incapacidade de expressão. Esse sofrimento pode se manifestar através de sentimentos como frustração, impotência, e desânimo.

Ao falar sobre sua experiência na tentativa de criar um grupo de homens, Maria expõe algumas dificuldades que surgiram pela falta de recursos em seu ambiente de trabalho, e que fizeram com que ela se desdobrasse para conseguir atrair esse público de homens para o CRAS:

Uma das dificuldades que eu encontrei também quando eu estava tentando montar esse grupo é ter alguma coisa para ofertar para eles, porque como a gente sabe o CRAS trabalha com o público vulnerável e a vulnerabilidade entra também na questão da insegurança alimentar e para que esses homens fossem até o CRAS para participar desse grupo eu tive que prometer, como eles viriam do trabalho já para o CRAS eu tive que prometer a alimentação, tinha que ser um jantar mesmo, eu tive dificuldades porque a secretaria muitas vezes não ofertava e teve muitas vezes que eu e o educador tivemos que comprar, comprar carne, em outros momentos eu fui atrás de doações, porque se não tiver um lanche e nesse caso específico eles vinham do trabalho e era no período da noite eles tinham que ter uma alimentação mais reforçada (MARIA).

Nesse mesmo sentido a entrevistada Larissa aborda “uma das dificuldades é a questão da alimentação, porque muitas vezes para adultos você tem que oferecer e muitas vezes o município não disponibiliza, aí fica muito complicado você planejar uma coisa, ter que ofertar e no dia não aparecer, acabamos perdendo a credibilidade”. Ainda se tratando da ausência de recursos o entrevistado Pedro pontua: “outra coisa também que dificulta o nosso trabalho é a questão dos recursos, os homens queriam cursos, queriam atrativos que muitas vezes no setor público a gente tem que esperar, tem que aguardar um pouquinho, porque sabe que tudo precisa de uma licitação que o sistema ele é um pouquinho lento”.

Através do relato dos psicólogos entrevistados podemos evidenciar que esses profissionais têm as suas relações de trabalho perpassadas pela precariedade, que se concretiza pela ausência de recursos e materiais básicos para o desenvolvimento de suas atividades, que é o caso da falta de alimentos para suprir a vulnerabilidade alimentar desse grupo de homens, e isso interfere diretamente nas possibilidades de desenvolvimento do grupo, uma vez que esses homens em sua grande maioria saem diretamente do trabalho para participar do grupo e necessitam de uma alimentação reforçada. Nesse sentido Brizola e Zanella (2015) reforçam que a falta desses recursos básicos no cotidiano desses profissionais impacta diretamente as famílias e fragiliza o trabalho dos profissionais da proteção social básica.

No entanto, torna-se necessário pontuar que essa não é uma realidade presente em todos os equipamentos, uma vez que alguns profissionais consideram a estrutura do Cras em que trabalham como sendo favorável ao desenvolvimento de suas ações, o que potencializa e torna viável as atividades desenvolvidas por esses profissionais. Contudo, utilizamos como critério para a criação desta categoria o princípio quantitativo, no qual a maioria dos profissionais destacaram as precárias condições de trabalho.

A rotatividade da equipe de profissionais e coordenação dos CRAS foi outro ponto identificado como sendo contribuinte para a precariedade das condições de trabalho e que gera como consequência a dificuldade na continuidade do trabalho desenvolvido com os homens. De acordo com os entrevistados essa rotatividade é algo que ocorre com frequência. Foi possível constatar essa rotatividade durante a realização da entrevista, pois dentre os 9 psicólogos entrevistados 4 foram contratados a menos de 5 meses, sendo que dentre esses profissionais dois haviam sido contratados a 2 meses, e outros dois profissionais acumulavam experiência de 04 meses.

De forma mais detalhada, trazemos a seguir a fala de alguns psicólogos que ao serem questionados sobre o período de experiência no CRAS responderam: “eu vou te falar um pouquinho uma experiência que eu tive, vai fazer três anos que eu atuo na área social, em CRAS, eu já passei por dois Cras aqui em Juazeiro” (JOSÉ). Assim como também Jéssica pontua: “eu entrei no dia 13 de fevereiro e no dia 18 de março começou a paralisação da pandemia então praticamente um mês somente eu fiquei lá, eu estou indo duas vezes por semana né através de escala, mas não estamos tendo contato com os grupos” (JÉSSICA).

Em se tratando da existência do grupo de homens no CRAS, ao ser questionada se o CRAS já teria criado algum grupo de homens, e por quanto tempo esses grupos teriam durado Lucia pontua: “Sim, mas hoje não existe mais esse grupo. Eu fui transferida, quando

eu cheguei lá já existia esse grupo então eu não sei” (LUCIA). Respondendo a essa mesma pergunta, a psicóloga Larissa pontua: “eu não sei te informar, porque eu sou nova aqui no CRAS e eu não entrei em contato com o psicólogo passado, sabe como é a questão de prefeitura, praticamente a gente não entra em conato com o outro profissional que trabalhou” (LARISSA).

De acordo com Stancato e Zilli (2010), O conceito de rotatividade pode ser compreendido como a oscilação de profissionais em uma instituição, ou seja, diz respeito ao processo de admissão e afastamento dos profissionais de seus cargos desempenhados no ambiente de trabalho. Quando essa rotatividade ocorre de forma demasiada e em curto período de tempo isso pode gerar a falta de continuidade das ações desenvolvidas pela equipe de trabalho.

A rotatividade da equipe na política de assistência social está diretamente relacionada com o processo de terceirização que é uma nova fase do desenvolvimento capitalista que busca aumentar a produtividade e como consequência maximizar os lucros por meio da contratação temporária de profissionais (SENRA; GUZZO, 2012).

Pauli e Traesel (2019) pontuam que as contratações temporárias geram nos psicólogos o sentimento de insegurança e a falta de uma perspectiva de futuro, uma vez que a qualquer momento o vínculo empregatício pode ser rompido, o que faz com que muitos profissionais se sintam motivados a buscarem oportunidades de empregos mais estáveis. Diante dessa rotatividade, o usuário é afetado diretamente, pois em muitos casos, não há um diálogo e troca de informações entre o profissional anterior e o atual contratado, o que interfere na continuidade das atividades e desperta na população assistida a dúvida em relação à veracidade do trabalho desenvolvido pelo equipamento.

Do ano passado até agora acho que nós mudamos 3 vezes de coordenação, aí quando muda a coordenação já muda a dinâmica do CRAS, já dá mais importância a determinados grupos do que outros, aí a coordenação já não se preocupa tanto e já se perde esse apoio, os profissionais que trabalhavam comigo nesse grupo nenhum mais trabalha no CRAS, aí fica muito complicado essa troca de profissionais direto, porque os outros profissionais que trabalhavam comigo a gente já tinha esse plano e já sabíamos mais ou menos como é que faríamos pra trazer esses homens para o grupo e aí quando muda eu já não consigo um profissional que tenha disponibilidade pra ir trabalhar comigo a noite (MARIA,2020)

Scott (2019) corrobora essa ideia ao enfatizar que a alta rotatividade afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados pela equipe, pois quando um profissional é desvinculado de uma instituição automaticamente as ações que ele desenvolvia também são interrompidas

até que se encontre outro profissional para ocupar o seu lugar, enquanto isso não ocorre o grupo fica estagnado e os vínculos da equipe com a população são fragilizados. Além do fato de que a contratação de um novo profissional implica a construção de um novo vínculo com os usuários que passa a ser construído do zero, pois este profissional ainda não conhece essas pessoas e não está familiarizado com a forma de funcionamento do equipamento, ou seja, o profissional precisa ir aos poucos ganhando a confiança desses usuários, e também estreitando vínculos com a equipe, realizando um novo mapeamento e criando novas estratégias de intervenções.

Por fim, temos que diante dessas dificuldades enfrentadas pelos psicólogos, as ações de prevenção da violência doméstica no espaço do CRAS da cidade de Juazeiro do Norte estão ocorrendo apenas com as vítimas, corroborando a hipótese que foi lançada no início desta pesquisa, uma vez que dentre os 09 profissionais entrevistados todos esclareceram que atualmente não existem grupos de homens adultos no CRAS, e que as ações de prevenção com esse público são realizadas de forma remota através de algumas palestras desenvolvidas em datas comemorativas como, por exemplo, no dia dos pais, e ainda assim a adesão dos homens a esses eventos torna-se muito baixa.

Nesse sentido, apontamos que ainda existe uma lacuna no processo de prevenção da violência doméstica contra a mulher, uma vez que as ações ainda ocorrem de forma fragmentada nesses equipamentos, o que contribui para a cristalização do homem e diminuição da potência de transformação dessas situações de violência. Diante dessa perspectiva Lima et al. (2008) defendem a ideia de que para romper com o ciclo de violência contra a mulher é preciso visualizar o problema diante de uma perspectiva macro englobando o homem e a mulher, trabalhando desta forma, também com o agressor visando à equidade de gênero e a redução da violência.

5 CONCLUSÃO

Os grupos reflexivos de gênero apresentam um potencial significativo para o processo de prevenção e diminuição da incidência da violência doméstica contra a mulher, uma vez que eles proporcionam espaços de reflexão e conscientização nos quais os homens podem desenvolver através desse processo de elevação do nível de consciência a responsabilização pelos seus atos e a modificação de condutas.

No entanto, os psicólogos ainda enfrentam muitas dificuldades para desenvolverem esses grupos nos equipamentos dos CRAS. A precarização das condições de trabalho que são

materializadas pela falta de recursos e investimentos em infraestrutura impactam diretamente a qualidade do trabalho desenvolvido pelo psicólogo, pois por mais que um profissional seja qualificado teórico e tecnicamente para desenvolver o seu trabalho, se ele não possui os recursos necessários, a sua ação é sabotada.

Assim como também a alta rotatividade da equipe de profissionais proporciona a fragilização dos vínculos desde profissional com os usuários e os próprios limites éticos vivenciados pelos psicólogos em seus contextos de trabalho são fatores que dificultam a implementação e continuidade desses grupos. Conotando na esfera social, a necessidade de analisarmos o processo de violência doméstica contra a mulher diante de uma perspectiva macrossocial, que engloba os processos de subjetivação e subjetividade que são marcados pela ideologia do machismo.

Os limites éticos vivenciados por esses profissionais revelam a impossibilidade de neutralidade deste na relação com o outro, uma vez que o psicólogo é um ser sociohistórico que também internaliza e reproduz pensamentos e atitudes enraizadas no machismo, mesmo que de forma inconsciente. Ou seja, é necessária a compreensão de que esse profissional também é vulnerável a cultura do machismo que cristaliza o ser e produz violência. É por esse motivo que se torna relevante compreendermos as ideologias presentes nos processos de subjetivação e de que forma elas vão moldando a nossa subjetividade.

Diante do que foi abordado, consideramos que muitos profissionais ainda se encontram em uma zona de conforto, uma vez que ao longo das entrevistas muitos dos entrevistados pontuaram que os grupos de homens ainda não são desenvolvidos por ser mais fácil trabalhar com a vítima, uma vez que já é comum encontrarmos esses grupos de mulheres sendo desenvolvidos no CRAS e o grupo de homens implicaria em uma maior mobilização por parte da equipe, sendo necessária a criação de novas estratégias para trazer esse homem para o equipamento.

Com a realização da pesquisa foi possível identificar que muitos psicólogos da assistência social têm suas relações de trabalho perpassadas por estereótipos que contribuem para a manutenção da cultura do machismo. Partindo do exposto, torna-se urgente e essencial adotarmos uma postura do desenvolvimento de uma ética crítica, que implica na análise contínua daquilo que reproduzimos em nossas relações, desconstruindo esses estereótipos por meio do contínuo processo de atualização das diversas formas de ser e estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO; C. M. Grupo Reflexivo De Gênero: trabalhando com o autor de violência doméstica. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís- MA, 2009.

Disponível em:

<www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/6.%20Poder,%20Violência%20e%20Políticas%20Publicas/Grupo%20Reflexivo%20de%20Gênero%20-%20trabalhando%20com%20o%20autor%20de%20violê.pdf>. Acesso em: 15 de Novem. 2019.

ACOSTA, Fernando; FILHO, Antônio Andrade; BRONZ, Alan. **Conversas Homem a Homem: Grupo Reflexivo de Gênero: Metodologia**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2004.

Disponível em: <http://www.noos.org.br/userfiles/file/metodologia_port.pdf>. Acesso em: 15 de Novem. 2019.

ARRUDA, M. et. al. **Promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda**. Instituto Promundo, ONU Mulheres, Instituto Papai. Brasília, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Atlas da violência 2019**. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019.

ISBN 978-85-67450-14-8. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 10 Novem. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009.

BRASIL. [Lei Maria da Penha (2006)]. **Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006**. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em:

<https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/lei_maria_penha.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Lei 8.742. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, e legislação correlatada**. Brasil, 1993. – 4. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 266). Disponível em:

<file:///C:/Users/Mirna%20Crisla/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/lei_organica_loas_4ed.pdf>. Acesso em: 20. Out. 2019.

BRASIL. **Implicações do SUAS e da Gestão Descentralizada na Atuação dos Conselhos de Assistência Social**. Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas/conteudo-tematico/relatorios/cartilha-2.pdf>>. Acesso em: 20 outu. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço / Secretaria de Políticas de Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 01 de Novem. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus**. COVID-19 Centro de Operações

de Emergências em Saúde Pública. Brasília, Fevereiro, 2020. Disponível em:
<<https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/Livreto-Plano-de-Contingencia-5-Corona2020-210x297-16mar.pdf>>. Acesso em: 05 de Novem. 2020.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BEZERRA, T. A. O; PEDRAZA, R. A; FIGUEROA, D. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017, v. 22, n. 2, pp. 637-651. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.19952015>. Acesso em: 23 de Jun, 2020.

BRIZOLA, A. L. C; ZANELLA, A. V. Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia / organizadores Aline Accorssi [et al.]; Coordenação Ana Lídia Campos Brizola, Andrea Vieira Zanella. – Florianópolis : ABRAPSO : Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2015. 445p. –(Coleção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos; v. 5). Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134067/Book%20V%20pdfA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 de Jun, 2020.

COSTA, F. S. M; AGUIAR, N. S. **Centros de Referência da Assistência Social- CRAS: materializações e contradições da Política Nacional de Assistência Social**. Rio Grande do Norte, Out. 2010. Disponível em:
<www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/Centros%20de%20Referência%20da%20Assistência%20Social%20-%20CRAS%20materializações%20e%20contradições%20da%20Política%20Nacional%20de%20Assistência%20Social.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012. 82 p. ISBN: 978-85-89208-58-1. Disponível em:
<<http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>>. Acesso em: 09 novem. 2019.

CORTEZ, M. B; PADOVANI R. C; WILLIAMS L.C. A. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. **Estudos de Psicologia**, Campinas; 22(1): 13-21. Janeiro-março, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n1/v22n1a02.pdf>>. Acesso em: 16. Novem. 2019.

CREPOP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas da atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília, 2008. Disponível em:
<<http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-CREPOP-CRAS-SUAS.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 3:81-85, 1980.

FREITAS; R. M. CABRERA J. O. Grupo reflexivo: uma alternativa de trabalho voltada aos homens cumpridores de medida protetiva. **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, ISSN 2177-8248, Universidade Estadual de Londrina , 18 e 19 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Renata%20e%20cia.pdf>>. Acesso em: 15. Novem. 2019.

FONSECA, P. M; LUCAS, T. N. S. Violência Doméstica Contra a Mulher e Suas Consequências Psicológicas. **Fundação Bahiana Para o Desenvolvimento das Ciências**. Salvador- BA, 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>>. Acesso em: 21 Novem. 2019.

FOUCAULT, M. **O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GUARESHI, N. M. F. Ética e paradigmas na psicologia social. In: PLONER, KS., et al., org. Ética e paradigmas na psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 313 p. ISBN: 978-85-99662-85-4. Available from SciELO.

GUIMARÃES, M. C. **A formação pessoal de psicólogos /as e o trabalho com a violência doméstica contra a mulher**. 2014. 128 f. Dissertação (mestrado)- Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Brasília, 2014.

LIMA, Daniel Costa; BUCHELE, Fátima; CLIMACO, Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saude soc.* [online]. 2008, vol.17, n.2, pp.69-81. ISSN 0104-1290. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200008>. Acesso em: 08 Mar. 2020.

MARTINS, M. S; MAZUR, S. M. O Cras e a Política de Assistência Social. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto. 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/3.%20Desigualdades%20Sociais%20e%20Pobreza/O%20CRAS%20E%20A%20POLÍTICA%20DE%20ASSISTÊNCIA%20SOCIAL.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

MARTÍN-BORÓ, I. (2012). *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. (12ª ed.). San Salvador, El Salvador: UCA.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COBATE A FOME. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília: - 1. Ed. 72 p. 2009. ISBN 978-85-60700-29-5. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 21 outu. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1 edição. Brasília, 2012. Disponível em: <http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf>. Acesso em: 21. Outu. 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília, 2017. Acesso em: 15 Novem. 2019. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **Integração SUAS e SISAN**. Região Sudeste, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/oficina_sisan/Integracao_Suas_e_Sisan.pdf. Acesso em: 23 de Jun, 2020.

MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J. B.; VENANCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicol. Soc.** Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 398-406, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a21v23n2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.

NIGRO, I. Silva; BARACAT, J. Masculinidade: preciosa como diamante, frágil como cristal. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia** / Publicação científica do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral. Edição 30, v. 30, n. 01 (2018). -- Garça: FAEF, 2018.

POSTER, M. **Teoria Crítica da Família**. ZAHAR Editores. Rio de Janeiro, 1979.

PAULI, C. G; TRAESEL, E. S. A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2019 v. 39, e188301, 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>. Acesso em: 21 de jun, 2020.

RANGEL, Elizete de Fatima. **A implementação e implantação do CRAS- Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do CRAS- Eugênio de Melo**. 2009. 107f. (Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mirna%20Crisla/Desktop/Artigos%20TCC%20CRAS/Elisete%20de%20Fatima%20Rangel.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

ROSOSTOLATO, B. O homem cansado: uma breve leitura das masculinidades hegemônicas e a decadência patriarcal. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. 2018, 29 (1); 57-70. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.42>.

SANTOS, T. M. O trabalho do psicólogo no CRAS: diferentes formas de cuidar. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 13 (1), São João del Rei, Jan/abr 2018. el 1504. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mirna%20Crisla/Downloads/2821-9474-2-PB.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

SENRA, C. M. G; Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, 24(2), 293-299. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006. Acesso em: 20 de jun, 2020.

SCOTT, Juliano Beck. **Grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica contra a mulher: limites e potencialidades** / Juliano Beck Scott. 2018. 141f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Natal, RN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26621/1/Gruposreflexivoshomens_Scott_2018.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2019.

STANCATO, K; Zilli, P. T. (2010). Fatores geradores da rotatividade dos profissionais de saúde: Uma revisão da literatura. **Revista Administração e Saúde**, 12(47), 87-99.

SELIGMAN, M. E. P. (2011). **Florescer - uma nova e visionária interpretação da felicidade e do bem-estar**. Rio de Janeiro: Objetiva.

SILVA, R. N. D. Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In: PLONER, KS., et al., org. *Ética e paradigmas na psicologia social* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 313 p. ISBN: 978-85-99662-85-4. Available from SciELO.

TAILLE, Y. D. L; OLIVEIRA, M. K. D; DANTAS, H. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: **Summus editorial**, 1992.

YAMAMOTO, O. H; Oliveira, I. F. (2010). Psicologia Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 26(n. especial), 9-24.

ZORZELLA, Vívian Lorea. Grupos de reflexão de homens: para além da polarização agressor/carrasco-ofendida/vítima no contexto da Lei 11.340/06. Rio Grande, RS, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7195/15%20Vívian%20Lorea%20Zorzella_2019860_assignsubmission_file_TCC%20-%20VÍVIAN%20LOREA%20ZORZELLA_versão%20final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 Novem. 2019.